



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ICICT
Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE

A construção de uma metodologia compartilhada para o Repositório Institucional da UFF

por

Jane Alice de Souza Teixeira

Universidade Federal Fluminense

Projeto apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde.

Orientador (es): Dra. Maria Cristina Soares Guimarães

Msc. Rosinalva Alves de Souza

Rio de Janeiro, 11/ 2013

RESUMO

Este Projeto propõe a criação de uma metodologia compartilhada de trabalho entre pesquisadores e profissionais da informação para o povoamento e alimentação de uma comunidade no Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense.

Palavras-chave: Acesso Aberto. Repositório Institucional. Advocacy. Universidade Federal Fluminense.

LISTA DE SIGLAS

BDTD-UFF	Biblioteca Digital de Teses e Dissertação da Universidade Federal Fluminense
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGI	Departamento de Ciência da informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFECUB	Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil
DINTER	Doutorado Interinstitucional
EHESS	École des Hautes Études en Sciences Sociales
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
MINTER	Mestrado Interinstitucional
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PROPPi	Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Inovação
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica em São Paulo
RI	Repositório Institucional
RI-UFF	Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense

SDC	Superintendência de Documentação
SEER	Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
UFF	Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. JUSTIFICATIVA	09
3. REFERENCIAL TEÓRICO	12
4. OBJETIVOS	15
4.1 OBJETIVO GERAL	15
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
5. METODOLOGIA	16
6. RESULTADOS ESPERADOS	21
7. REFERENCIAS	22
8. CRONOGRAMA	24
9. ORÇAMENTO	25

1 INTRODUÇÃO

O Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica nasceu em resposta à dificuldade de acesso aos principais periódicos científicos, que tinham o custo cada vez mais alto. Segundo a Budapest Open Access Initiative (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2001), entende-se por acesso aberto, a disponibilidade gratuita na internet, da literatura científica, permitindo a qualquer usuário ler, fazer download, copiar, distribuir, imprimir, buscar ou criar links desta literatura desde com propósitos legais.

Dois são as estratégias para disseminação deste Movimento, a via dourada e verde. A primeira trata dos periódicos de acesso aberto, a segunda, dos repositórios institucionais, que podem ser definidos como "um serviço de informação científica - em ambiente digital e interoperável - dedicado ao gerenciamento da produção científica e/ou acadêmica de uma instituição" (LEITE, 2009, p. 21), com o fim de reunir, armazenar, organizar, preservar, disseminar e promover esta produção (LEITE, 2009; MUELLER, 2006). Este projeto pretende tratar desta segunda via, no âmbito da Universidade Federal Fluminense.

A Universidade Federal Fluminense - UFF, fundada em 18 de dezembro de 1960, por meio da Lei 3.8498, não está alheia às iniciativas de acesso aberto à informação científica, prova disso é sua participação na Rede Nacional de Teses e Dissertações do IBICT desde 2004. Em se tratando da incursão na via dourada do Movimento de Acesso Aberto, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPi) lançou, em 09 de dezembro de 2011, o Portal de Periódicos da UFF, com a proposta de agrupar os periódicos de Acesso Aberto da Universidade utilizando a ferramenta SEER. No ano de 2009, atendendo à chamada do Edital FINEP/PCAL/XBDB Nº 002/2009, que visava "apoiar projetos de implantação de repositórios institucionais (RI) nas instituições públicas (federais, estaduais e municipais) de ensino e pesquisa e sua integração ao Portal Oásis.Br" (FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIA ESPACIAIS, 2009, p. 1), a UFF inicia a implantação de seu RI, iniciativa do Departamento de Ciência da Informação (CGI) juntamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, e as

Superintendências de Documentação (SDC) e de Tecnologia da Informação (STI). Atendendo à solicitação do Ibict para que no dia 15 de outubro de 2011, as Instituições contempladas com o kit tecnológico estivessem com seus repositórios em funcionamento, a UFF disponibilizou seu RI, com duas comunidades instituídas e cerca de 100 objetos digitais de diferentes tipologias inseridos. Por problemas tecnológicos, o RI saiu do ar e todas as informações foram perdidas. Sanados estes contratempos tecnológicos, caminha-se para nova reformulação de comunidades e adesão ao uso do RI-UFF.

Mas, se o Repositório é uma ferramenta criativa de baixo custo e com grande poder de disseminação e alcance das produções científicas, por que a resistência em aderir à Política de Acesso Aberto e ao uso do RI como ferramenta dessa Política? Se recai sobre o Repositório Institucional a notoriedade e se seu uso é quase um modismo, o número crescente de Repositórios Institucionais contrasta com o número de objetos digitais inseridos. Os RIS estão mais "vazios do que o esperado e o desejável" (FURNIVAL; HUBBARD, 2011, p. 164).

O fato de não ter sido oficialmente lançado como veículo de Acesso Aberto pesa à realidade atual do RI-UFF. De um lado, por força do seu papel de instituição pública de ensino e pesquisa, a Universidade aderiu à Política de Acesso Aberto à Informação Científica. Noutro, existem Comunidades científicas que desejam aderir ao uso do RI como instrumento desta Política. Tais posições não são antagônicas. Ao contrário, se complementam. A resistência é o problema latente que se apresenta: resistência à Política de Acesso Aberto e ao reconhecimento do Repositório como objeto dessa política e, num segundo momento, ao uso desse objeto.

O Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) destaca-se como comunidade científica da UFF selecionada para a realização deste projeto.

O PPGH foi criado em 1971, com a implantação do curso de Mestrado é pioneiro na área de história no Rio de Janeiro. Desde 1985 possui curso de Doutorado e foi o primeiro programa reconhecido como de excelência na área de história no país, com a avaliação 7 da CAPES em 1998¹. Fazem parte de seu quadro de docentes 55 pro-

¹ <https://sites.google.com/site/pgiproplanuff/indicadores-do-tcu/conceito-capes>

fessores, dos quais 30 são pesquisadores do CNPq. Anualmente, há cerca de 70 defesas entre mestrado e doutorado. Com área de concentração em história social, o Programa se organiza em setores temáticos, compostos por diferentes laboratórios e núcleos de pesquisa, e atua em três grandes linhas de pesquisa: cultura e sociedade, poder e sociedade, economia e sociedade.

Para diminuir esta lacuna entre a Instituição, que aderiu à Política de Acesso Aberto e a Comunidade de História, que deseja participar deste processo, pretende-se propor a criação de uma metodologia de trabalho colaborativa entre os pesquisadores e profissionais da informação para alimentação e povoamento do Repositório Institucional da UFF, como projeto Piloto, à exemplo da experiência de Paul Ginsperg, quando juntamente com Bibliotecários criou o ArXiv.

Trata-se não só de alimentar a produção no RI, mas, ao longo do processo, apreender e desenvolver estratégias de aproximação entre profissionais de informação pesquisadores de forma que essa metodologia possa ser replicada com outros grupos. O caráter inovador deste Projeto está justamente em seu modelo de construção compartilhada entre pesquisadores, comunidade científica e profissionais da informação que ainda é pouco utilizado.

Espera-se estimular a criação de uma Política formal de Acesso Aberto e a cultura de auto-arquivamento entre os pesquisadores da Instituição. E além de reunir as produções da PPGH num só local, aumentando sua visibilidade, espera-se que a participação deste grupo legitime e consolide o RI-UFF e sua importância no Movimento de Acesso Aberto.

2 JUSTIFICATIVA

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - 2013-2017, a Universidade Federal Fluminense, representada por Gestores da Cúpula Administrativa afirma que

como lugar de produção de conhecimento e tecnologia, deve estar articulada [...], integrando-se a uma rede mundial de produção e disseminação do conhecimento [...] ampliando, também, a própria visibilidade da UFF no cenário nacional e internacional (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2012, p.19)

Como modo para corroborar com a afirmação acima, principalmente no que tange à produção e disseminação do conhecimento produzido e a ampliação da visibilidade da Instituição é que a UFF aderiu ao Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica. A Universidade já se incluiu tanto nas iniciativas da via dourada, quanto com na via verde. Seu repositório ainda não foi oficialmente lançado, contudo alguns departamentos, reconhecendo a importância desta ferramenta para o fluxo da comunicação científica da universidade, manifestaram o desejo de se incluírem neste projeto. O que, tradicionalmente, não ocorre. Percebe-se, ao longo da história da Universidade, que a adesão às iniciativas institucionais de acesso aberto são limitadas. A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD-UFF), existente desde 2004, possui 43 programas incluídos dos 68 existentes, com adesão principalmente a partir do ano de 2012, é prova disto.

Como o RI-UFF ainda não foi oficialmente lançado, para que a adesão por parte da comunidade da Universidade ocorra é necessário minimizar as resistências, por meio de sua legitimação. Tyler (2006 apud MULLER, 2006, p. 28) considera "que o reconhecimento da legitimidade induz as pessoas a voluntariamente se comportarem de acordo com as normas".

Retornando ao contexto da UFF, o Curso de Pós-Graduação em História foi escolhido como uma comunidade representativa para atuar como "um caso de sucesso" para arregimentar novas comunidades integrantes do Projeto e que haja o reconhecimento de seu Repositório por parte da comunidade acadêmico-científica como uma ferramenta de acesso aberto.

O PPGH é o único curso da UFF com conceito 7 na avaliação da CAPES (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. [2013]), mantido desde 1998. Possui no rol de sua Pós-Graduação Stricto Sensu, um Programa de Pós-Doutorado. Conseqüentemente, dentre os seus professores, há um número grande de pesquisadores CNPq, que publicam seus trabalhos em sites dos núcleos e laboratórios da História. O Programa possui ainda, periódicos (inclusive com Qualis A1) e outras publicações em acesso aberto.

Anualmente, muitos eventos são realizados pelo PPGH: seminários, palestras, colóquios. Grande parte são eventos internacionais, que assim como os de alcance nacional, são produto de seus intercâmbios institucionais. Como por exemplo, o 'Colóquio Internacional Cores da Escravidão & Cores da Liberdade'. Em seus Mestrado e Doutorado Interinstitucionais (Projetos MINTER e DINTER), são estabelecidas parcerias, principalmente, com Instituições de ensino do eixo Nordeste-Centro-Oeste, com vistas ao fortalecimento de grupos de ensino e pesquisa nessas instituições. Outro programa de intercâmbio nacional aprovado pela Capes foi o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), firmado entre a UFF, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a PUC-SP. Além desses programas, os pesquisadores do PPGH, por intermédio dos núcleos e laboratórios, participam e mantêm diversas redes de pesquisas nacionais. Pela existência de um número expressivo de intercâmbios internacionais, alguns serão elencados a seguir:

- Convênio CAPES-COFECUB, com a Université R. Schumann, Strasbourg e a Université Paris Ouest Nanterre La Défense, na França;
- Projeto Slavery, Memory and Citizenship financiado pelo The Social Sciences and Humanities Research Council, pelo programa Major Collaborative Research Initiatives (MCRI), no Canadá;
- Universidade de Essex, na Inglaterra;
- Universidades do Porto, Lusíadas e do Minho, em Portugal;
- Coordenação pelo Núcleo de Companhia das Índias, do núcleo brasileiro na Columnaria Ultraque Unum, Universidade de Múrcia, na Espanha;
- Projeto Maquiavelismo e Maquiavelismos na tradição política ocidental (séculos XVI-XXI), Universidade de Turim, na Itália; e

- Universidade de Girona, na Espanha. Os produtos desse intercâmbio são apresentados no mais importante congresso em História Agrária da Europa.

Com relação ao Programa de Pós-Doutorado, faz parte da política do PPGH “garantir anualmente o estágio de pós-doutorado a um número razoável de seus membros” (FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR, 2010, p.11), numa média de 5 membros por ano, que realizam seus estágios em diferentes locais de pesquisa no Brasil e no exterior, onde o PPGH mantém intercâmbios regulares, como o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, o Centro de História de Além-Mar, na Universidade de Nova Lisboa; o Centre d’Etudes des Mondes Russe, Caucasiens et Centreeuropeens (CERCEC), na École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), França; o Centre d’Etudes du Brésil et de l’Atlantique Sud, da Universidade de Paris IV, Sorbonne e o CIRESC – Centre Internacional de Recherche sur les esclavages, EHESS, França; o Departamento de História da Universidade de Leicester, Inglaterra; e o Instituto de História de Madrid, Centro de História. Merecem destaque, também, a expressiva presença de pós-doutores sob supervisão do PPGH, que apenas no ano de 2009 contou com a presença de 20 pós-doutores (10 seniores e 10 juniores) em diferentes atividades do Programa.

Contam também, para a escolha do PPGH como comunidade legitimadora do RI, a boa relação entre seus pares na Universidade e pela existência de contatos que facilitarão a adesão do grupo ao RI e o estreitamento de comunicação entre esses e os gestores do Repositório.

Espera-se que, ao se valer dos atributos do PPGH, a maior resistência à adesão ao Acesso Aberto que é “infelizmente, é o conservadorismo acadêmico” (MACHADO, [2005], p. 17) seja minimizada.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico para entendimento deste projeto, será retratado o conceito de Legitimação dentro do contexto do Acesso Aberto à Informação Científica, tendo com base o artigo de Suzana Mueller (2006)

Mueller ressalta a relação de “dependência entre os conceitos de legitimidade e consenso”. Consenso é a “condição necessária à legitimação” e fundamenta “as teorias de legitimidade” (ZELDITCH, 2001 apud MUELLER, 2006, p. 28). Já legitimação é definida pelo autor como um “processo que conforma o inaceitável às normas, valores, práticas e procedimentos aceitáveis”.

O reconhecimento de legitimidade leva as pessoas a se adequarem às normas, de modo voluntário. (TYLER, 2006 apud MUELLER, 2006, p. 28). Pois provoca “conformidade, obediência voluntária e aceitação social de diferenças na distribuição de poder e autoridade” (LYOTARD, 1984 apud MUELLER, 2006, p. 29).

Com relação ao mecanismo para a Política de Acesso Aberto que trata especificamente do eletrônico, sua “legitimidade foi negada” por conta da crença de que somente publicações nos moldes tradicionais teriam autoridade para validação do conhecimento científico (MUELLER, 2006, p. 33). Tais iniciativas não foram, inicialmente, recebidas como “formas legítimas de certificação da ciência e comunicação científica” (MUELLER, 2006, p. 33), devido, principalmente, à falta de avaliação pelos pares.

Existem algumas propostas para a avaliação dos pares nos repositórios institucionais, entretanto, mas,

sem legitimação, sem o consenso da comunidade, nenhuma proposta terá efeito ou chances de provocar mudanças significativas no atual sistema de comunicação científica, não importa o quão inovadora ou o quão formidável sua contribuição potencial (MUELLER, 2006, p. 37).

Tradicionalmente, pesquisadores, por mais que conheçam o Movimento de Acesso Aberto, ainda são resistentes em aderi-lo. Waddell e Sohal (1998 apud FURNIVAL; HUBBARD, 2011, p. 173) afirmam que :

onde há resistência, há necessidade de examinar mais de perto os problemas que existem e considerar mais profundamente as mudanças propostas. [...] A resistência também encoraja a busca por métodos e resultados alternativos para sintetizar as opiniões conflitantes que possam existir. Assim, a resistência se torna uma fonte crítica de inovação num processo de mudança na medida em que mais possibilidades são consideradas e avaliadas (*tradução nossa*).

Mas, por que essa resistência por parte dos pesquisadores da Universidade? A resistência pode estar relacionada à falta de informação sobre o que seja o Movimento de Acesso Aberto, quais as implicações sobre direitos autorais, propriedade intelectual. Deve-se, oportunamente, informá-los sobre esta Política, ressaltando as quatro vantagens do acesso aberto para a ciência: maior visibilidade e impacto na pesquisa; conseqüentemente, uma ciência progredindo mais rapidamente; a melhoria na gestão e avaliação da pesquisa e a geração de novos conhecimentos a partir de resultados existentes, por meio do re-uso da informação (SWAN, 2009).

Outro fator é o desconhecimento, por parte da comunidade científica, dos canais institucionais de divulgação e disseminação deste movimento. Na UFF, a produção científica dos cursos de mestrado e doutorado, por exemplo, é disseminada em páginas pessoais ou de departamento, enquanto existe um local institucional para fazê-lo. Alma Swan (2008, p. 162), ao relatar, em seu artigo "Why Open Access for Brazil?", o panorama da pesquisa científica no Brasil e a adesão por parte dos pesquisadores ao Movimento de Acesso Aberto, afirma que apesar do país investir em educação e pesquisa, o não aproveitamento dos canais de divulgação e da potencialidade do Acesso Aberto faz com que o retorno do investimento seja mais pobre do que deveria ser. E constata que :

a solução está nas mãos da comunidade de pesquisa, que deve oferecer o acesso aberto a todos os resultados. Sem isso, a pesquisa brasileira está condenada à relativa obscuridade quando os pesquisadores poderiam remover todos os obstáculos à visibilidade e maximizar o impacto que seus trabalhos poderiam ter. (SWAN, 2008, p. 162).

As agências de fomento também possuem papel preponderante para minimizar a resistência ao acesso aberto, uma vez que em seus editais haja uma cláusula

exigindo que projetos de pesquisa financiados por elas sejam publicados em canais de acesso aberto, principalmente os editais de fomento da própria instituição.

As fontes de financiamento e as instituições de pesquisa têm um papel fundamental na orientação aos pesquisadores ajudando-os a compreender os problemas e a importância do seu trabalho ser disponibilizado livremente e deste modo ajudá-los a superar as barreiras (SWAN, 2008, p.165)

Ainda sobre algumas justificativas para a resistência ao Movimento de Acesso Aberto na Universidade, pode-se destacar a qualidade do periódico no tocante ao processo de avaliação por pares, pois há a crença de que periódicos em acesso aberto não alcançariam uma qualidade desejável. Esta foi a afirmação de um pesquisador da UFF no lançamento do 'Portal de Periódicos da UFF', quando no momento de debates sobre acesso aberto, justificou que não publicaria num periódico de acesso aberto, porque desconhece periódicos desse tipo com um bom fator de impacto ou Qualis. Um exemplo para contrapor esta afirmação é a Online Brazilian Journal of Nursing, revista da Escola de Enfermagem da UFF, que possui Qualis B2.

Outro item a ser salientado é “a ausência de cultura de compartilhamento por meios digitais entre amplos setores da comunidade acadêmica” (MACHADO, [2005], p. 5). E aqui pode-se enquadrar o Repositório Institucional, que funciona como uma tecnologia de promoção de resultados de pesquisa científica, com fácil acesso.

4 OBJETIVOS

Estes são os objetivos que norteiam este Projeto.

4.1 OBJETIVO GERAL

Propor, em caráter piloto, uma metodologia para alimentação e povoamento da comunidade de História do Repositório Institucional da UFF, de forma participativa entre pesquisadores e profissionais da informação.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Delinear o escopo da Comunidade do Curso de Pós-Graduação de História;
- b. Definir a política de conteúdo e de organização da comunidade. Abaixo são etapas que compõem a metodologia para esse objetivo:
 - Definir tipologia documental a ser inserida na comunidade, levando em conta as questões relativas a direitos autorais;
 - Definir a estrutura da comunidade e suas subdivisões;
 - Identificar as fontes de informação que deverão ser consultadas;
 - Definir estrutura de metadados para cada tipologia documental.
- c. Definir política de gestão da comunidade, com as etapas metodológicas abaixo:
 - Definir estratégia de povoamento: por onde começar? Auto-arquivamento ou setor de informação responsável pela alimentação?
 - Definir quais tipos de autores tem acesso à comunidade (pesquisadores, professores, alunos de mestrado e/ou doutorado) e possibilitando a criação de regras de depósito na comunidade.
 - Definir os gestores da comunidade e das coleções;
 - Desenvolver estratégia de capacitação dos profissionais
- d. Definir estratégia de sustentabilidade:
 - Definir estratégia de advocacy.

5 METODOLOGIA

Para realização deste Projeto, as etapas propostas são as que se seguem:

- a) Delinear qual seja o escopo da Comunidade do Curso de Pós-Graduação de História:

Por meio de, no máximo, duas reuniões, de periodicidade semanal, com os coordenadores da Pós-graduação, um representante de cada laboratório e núcleo existentes, e representante do grupo gestor do RI, delinear qual seja o objetivo da comunidade de História: se apenas reunir a produção num só local, ou para disseminar a informação armazenada ou ambos, se servirá como instrumento de apoio às aulas. Esta definição servirá como base para as próximas etapas;

- b) Definir a política de conteúdo e de organização da comunidade, por meio das seguintes etapas:

- Definição da tipologia documental a ser inserida nas coleções da comunidade, considerando as questões relacionadas a direitos autorais:

a partir do escopo da comunidade, serão definidos os tipos de documentos depositados na comunidade: se artigos científicos, livros e/ou capítulos de livro, teses e dissertações, objetos educacionais, vídeos, imagens, projetos de pesquisa. O grupo de trabalho deverá ser composto por coordenadores da PPGH, por um integrante de cada laboratório e núcleo, por um representante do colegiado, o secretário da Coordenação, além do grupo gestor do Repositório. Deve-se efetuar buscas nos sites SHERPA/ROMEO, Projecto Blimunda e Diadorim esclarecimentos quanto à liberação dos artigos pelos periódicos. Deverá acontecer em até três reuniões semanais, durante um mês.

A definição da tipologia irá nortear a construção dos metadados dos formulários da comunidade.

- Definir a estrutura da comunidade e suas subdivisões:

juntamente com a Coordenação de Curso, os representantes dos laboratórios e núcleos, um representante do colegiado, em uma reunião,

irão definir como se dará a estrutura da comunidade: esta será o espelho da estrutura administrativa do curso ou se as coleções serão por tipo de documentos ou por unidades do curso, laboratórios e núcleos serão subcomunidades ou coleções.

- Identificar as fontes de informação que deverão ser consultadas:

caso o autor possua vínculo de professor e/ou pesquisador: utilizar o Currículo Lattes do autor para levantamento da produção, confrontar com a produção cadastrada nos Sistemas Relatório Anual de Docentes (RAD) e Coleta Capes, que são acessados pelo secretário da coordenação. O autor deverá ser contatado para verificação de possíveis falhas neste levantamento.

Caso o vínculo do autor seja o de aluno, deverão ser utilizados o Currículo Lattes e Coleta Capes e o autor deverá ser contatado para verificação de possíveis falhas neste levantamento.

Em ambos os casos, o contato, tanto com os secretários quanto com os autores, será estabelecido por e-mail, e todo o processo não deverá durar mais que 4 meses. Deve-se ainda efetuar a busca das fontes em outros locais como Research Gate, por exemplo.

- Definir a estrutura de metadados para cada tipologia documental:

nesta etapa, deverão participar além dos coordenadores da PPGH, um integrante de cada laboratório e núcleo, um representante do colegiado, o secretário da coordenação, um representante da Biblioteca, preferencialmente, um bibliotecário e o grupo gestor do Repositório. Sugere-se reuniões semanais, que não ultrapassem o prazo de um mês. Deve-se, na medida do possível, seguir os padrões internacionais já estabelecidos, visando a posterior interoperabilidade do sistema.

- c) Definir a política de gestão da comunidade, com as etapas metodológicas a seguir:

- Definir estratégia de povoamento:

Por onde começar? Será adotado o auto-arquivamento ou setor de informação será responsável pela alimentação? Nesta etapa deverão participar os coordenadores da PPGH, um integrante de cada laboratório e núcleo, um ou dois representantes da um representante do colegiado, o secretário da coordenação, um ou mais representantes da Biblioteca, observando que ao menos um bibliotecário deverá estar presente, além do grupo gestor do Repositório. Orienta-se que ocorram até três reuniões sobre o tema, com periodicidade semanal. E que seja pensada uma proposta para um bom fluxo da informação.

- Definir quais tipos de autores terão acesso à comunidade (pesquisadores, professores, alunos de mestrado e/ou doutorado),

possibilitando a criação de regras de depósito na comunidade. Em, no máximo, duas reuniões semanais, com os coordenadores de curso, representantes dos laboratórios e núcleos, representantes do colegiado e o grupo gestor do RI.

- Definir os gestores da comunidade e das coleções:

em duas reuniões no período de um mês, juntamente com a coordenação de curso, os representantes dos laboratórios e o grupo gestor do RI.

- Desenvolver estratégias de capacitação dos profissionais:

Separar os grupos para capacitação por área de atuação no RI. Um grupo de gestores, outro de autores/pesquisadores, secretários de curso. Outro de bibliotecários.

Para a capacitação dos gestores na administração da comunidade e/ou coleções se dará em um treinamento com duração de até um mês e dividido nas etapas abaixo:

- Treinamento para a gestão de conteúdo e gestão de pessoal da comunidade no RI com duração de uma semana,
- Treinamento livre como exercício, por uma semana. Neste treinamento não haverá a presença do instrutor. As eventuais dúvidas serão sanadas por meio de um canal eletrônico. Deve-se

haver um esforço por parte do instrutor deste treinamento para responder as dúvidas em, no máximo, 48 horas.

- O ultimo período de uma semana deverá ser dedicado à aplicação de um questionário com intuito de avaliar o treinamento dado e o nível de aprendizagem de quem recebeu o treinamento.

Capacitação para o pessoal que irá povoar o RI: os autores, os secretários de Curso e os Bibliotecários serão treinados para inserir os trabalhos e seus objetos digitais. Este treinamento se dará em local apropriado, que pode ser a biblioteca, um laboratório de informática ou no próprio equipamento do autor, desde que haja acesso à internet. Será feito por grupos temáticos (autor, bibliotecários), visando um maior aproveitamento. E não deve ultrapassar duas semanas.

d) Definir estratégia de sustentabilidade:

- Definir estratégia de advocacy: por meio de um plano de comunicação:
 - Criação de materiais para divulgação do RI-UFF;
 - Apresentação do RI em eventos da Universidade, reuniões, dentre outros;
 - Utilizar canais de divulgação da Universidade para tornar o RI conhecido, seja através do site da UFF, site do PPGH, redes sociais, boletins.
 - Divulgação deste “caso de sucesso”.

No que tange ao financiamento:

- Elaborar estratégias de convencimento das instâncias superiores para a inclusão do RI-UFF no orçamento da Universidade.
- Estabelecer parceria com os pesquisadores da comunidade, a fim de empregar suas experiências para concorrer a financiamentos das agências de fomento.
- Propor que os pesquisadores, assim como já praticam com relação às bibliotecas da Universidade, incluam em seus Projetos o RI-UFF, tanto no que se refere à submissão dos resultados de Pesquisa, de

modo a garantir a publicação dos documentos que decorrentes das atividades desenvolvidas, quanto no benefício de verbas para o seu financiamento.

Participarão desta etapa os coordenadores de curso, representantes dos Laboratórios e Núcleos, representantes do colegiado, o grupo gestor do RI, um representante da Superintendência de Comunicação Social da UFF, um representante da Alta Cúpula da Universidade, quer seja um representante da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Inovação ou da Reitoria da UFF. As reuniões devem ser semanais, e não ultrapassar 4 meses.

6 RESULTADOS ESPERADOS

A perspectiva é que a implantação deste Projeto se torne um caso de sucesso, estimulando a criação de uma política formal de Acesso Aberto, assim como ocorreu com outras Instituições Federais de Ensino, tais como a Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande.

Espera-se também que, com a participação do Grupo de Pós-Graduação em História, haja o reconhecimento do RI-UFF como instrumento para consolidação do Movimento de Acesso Aberto na Instituição.

E, além do agrupamento das publicações produzidas pelos membros da PPGH em um mesmo lugar e da potencial visibilidade destas publicações, há a expectativa de criar a cultura de auto-arquivamento entre os pesquisadores da instituição.

7 REFERENCIAS

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. Disponível em :
<<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>> . Acesso em : 16 set. 2013.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR. **Proposta do Programa:** 31003010005P-6 / História / UFF – 2009. Brasília, DF: CAPES, 2010. Disponível em: <
http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/VisualizadorServlet?nome=2009/31003010/040/2009_040_31003010005P6_Proposta.pdf&aplicacao=cadernoavaliacao>
Acesso em: 18 nov. 2013.

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIA ESPACIAIS .**Edital de chamada FINEP/PCAL/XBDB Nº 002/2009.** Brasília, 2009.

FURNIVAL, A. C.; HUBBARD, B. Acesso aberto às publicações científicas: vantagens, políticas e advocacy. **InCID:** R.Ci. Inf. e Doc., v. 2, n. jul./dez, 2011, p. 160–177, 2011.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira:** repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF: IBICT, 2009. p. 119

MACHADO, J. A. S. **Difusão do conhecimento e inovação :** o Acesso Aberto a publicações científicas. [São Paulo, 2005] Disponível em:
<http://www.uspleste.usp.br/machado/t_05/acesso_aberto_machado.pdf>. Acesso em: 13 nov.2013.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ci. Inf.**, v. 35, n. 02, p. 27–38, 2006.

SWAN, A. Why Open Access for Brazil ? **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, p. 158–171, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Coordenação de Gestão da Informação. **Conceito CAPES.** [2013] Disponível em:
<<https://sites.google.com/site/pgiproplanuff/indicadores-do-tcu/conceito-capes>> .
Acesso em: 25 out. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Pensando o futuro.** Disponível em:
<<http://www.uff.br/?q=uff/pensando-o-futuro>>. Acesso em 03 set. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2013 - 2017. Niterói, 2012. Disponível em:
<http://www.pdi.uff.br/images/PDI_2013-2017/PDI_UFF_2013-2017.pdf> .Acesso em: 20 ago. 2013.

8 CRONOGRAMA

Mês	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Ações												
Delineação do escopo da Comunidade do Curso de Pós-Graduação de História	■	■										
Definição da política de conteúdo e de organização da comunidade		■	■	■	■	■						
Definição da política de gestão da comunidade						■	■	■	■			
Definição da estratégia de sustentabilidade									■	■	■	■

9 ORÇAMENTO

O cálculo orçamentário não se aplica a este projeto, visto que as ações executadas serão inseridas nos processos de trabalho dos envolvidos e os equipamentos utilizados serão os já existentes nos locais de trabalho.